

Entrevista com Bárbara Weinstein

Por Regina Xavier

Barbara Weinstein é professora do Departamento de História da Universidade de Nova Iorque e a atual presidente da *American Historical Association* (AHA), a mais importante instituição de historiadores dos Estados Unidos, fundada em 1884, que se dedica a promover a pesquisa e a conservação de acervos históricos. À frente dessa associação, Weinstein logo se pronunciou em defesa de um colega estrangeiro que, apesar de ter atuado junto a universidades americanas, veio a sofrer restrições na concessão de seu visto. Atuante politicamente, a professora mostrou-se sempre disposta a conversar com a revista *Anos 90* sobre essas e outras questões polêmicas. Em sua trajetória acadêmica, desenvolveu importante trabalho sobre a Amazônia, no período de exploração da borracha, vindo, posteriormente, a estudar o processo de industrialização e a história do trabalho em São Paulo. Atualmente, vem realizando um instigante trabalho, no qual se propõe a estudar a construção do conceito de *whiteness* (branquidade), como uma chave de acesso para compreender as relações raciais e a identidade regional no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, em sua relação com o discurso nacionalista sobre a modernidade e a democracia racial. Além desses temas, Weinstein tem se interessado pelos estudos pós-coloniais, pelas mudanças conceituais, pelos debates pertinentes à história social e cultural, pela história de gênero e sexualidade, pela história das

Américas no Atlântico, pela escravidão e pós-emancipação, dentre outros.

R. X. *Eu gostaria de iniciar nosso diálogo perguntando-lhe sobre sua trajetória intelectual. Como surgiu seu interesse pela história do Brasil e da América Latina? Quais as circunstâncias e os autores e/ou obras que mais influenciaram a escolha de seus temas de pesquisa?*

B.W. Meu interesse pela história da América Latina surgiu durante o curso de graduação. Entrei na universidade em 1969, no auge do movimento estudantil contra a Guerra do Vietnã, e logo me envolvi na política esquerdista da época. Por isso, o tema da revolução me fascinava, e fiz cursos sobre a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana. Como muitos jovens norte-americanos da época, eu tinha a convicção de que as forças de mudança radical iam surgir do chamado Terceiro Mundo, e fiquei, em um primeiro momento, dividida entre o estudo da Ásia e da América Latina. Tenho que confessar que resolvi esse dilema de uma maneira prática: eu já sabia falar espanhol, e iria me dar muito trabalho aprender a língua chinesa. Pronto, optei pela América Latina. Também os professores dessa área – Stanley Stein e Peter Winn – eram excelentes historiadores e pessoas que simpatizavam com os movimentos de protesto daqueles anos.

Aos poucos, fui me interessando por temas além da história da revolução. Li o famoso livro de E. P. Thompson, *The making of the english working class*, e pensei em estudar a história da classe trabalhadora na América Latina, provavelmente na Argentina. Mais tarde, li um livro de Eugene Genovese, *The world the slaveholders made*, que despertou meu interesse pela história da escravidão e por abordagens comparativas. O engraçado é que Genovese era principalmente um historiador dos Estados Unidos, mas foi o livro dele que chamou, pela primeira vez, minha atenção para a história do Brasil. Logo depois, li *The colonial background of modern Brazil*, o único livro do Caio Prado Júnior que foi traduzido para o inglês, que achei muito bom, e *The masters and the slaves*, do Gilberto Freyre, que achei muito

chato. Resolvi estudar português, mas não tinha decidido ainda me dedicar à história do Brasil. Quando cheguei à Universidade de Yale para fazer o curso de pós-graduação, ainda tinha na cabeça a idéia de estudar o movimento operário argentino. Tudo isso começou a mudar quando conheci minha orientadora, Emilia Viotti da Costa, que foi contratada pelo Departamento de História da Universidade de Yale naquele mesmo ano. Emilia – como orientadora e como historiadora – estimulou muito meu interesse pela história do Brasil e, por causa da influência dela, acabei mudando minha área de especialização do Cone Sul para o Brasil. Foi uma das decisões mais felizes da minha vida.

R.X. *A senhora trabalhou com a região amazônica e, mais recentemente, tem focado seu interesse em São Paulo. Em que medida estudar regiões tão diversas auxiliou na elaboração de suas análises sobre a formação de nossos regionalismos e sua relação com o nacionalismo? A senhora pode discorrer sobre a importância desses temas em seu trabalho?*

B.W. No nível mais óbvio, para quem estuda primeiro a Amazônia e depois São Paulo, torna-se difícil não estar consciente das grandes diferenças e desigualdades espaciais que existem ou, melhor, definem a sociedade brasileira. Lembro de ter ido, no início dos anos 1980, a um congresso da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), em Belém, com um grupo de colegas da USP e da Unicamp. Eu era a única pessoa do grupo que havia conhecido Belém antes dessa viagem. Os outros comportaram-se como se estivessem em um país estrangeiro. Apesar do estranhamento dos paulistas, é palpável que os paraenses sintam-se integralmente ligados à nação brasileira – o regionalismo não é uma alternativa nem a antítese do nacionalismo, mas é pensado sempre com relação ao Brasil como um todo. Da mesma forma, o forte regionalismo dos paulistas (ontem e hoje) não significa, necessariamente, uma falta de sentimentos nacionalistas, mas certa visão da nação e do papel de São Paulo nessa comunidade imaginada.

Ao mesmo tempo, minha experiência de pesquisa em Belém e as amizades que fiz com historiadores dessa região deixaram muito claras as dificuldades encontradas pelos estudiosos da história que trabalham longe do eixo Rio–São Paulo. Certas dificuldades vêm da falta de recursos – para viajar, para participar de congressos nacionais ou internacionais, para consultar arquivos, para comprar livros ou para conservar a documentação nos arquivos da região. Mas outras vêm da dificuldade encontrada em valorizar a história regional no meio “nacional”. Quem faz história de São Paulo ou do Rio jamais precisa se preocupar com esse problema. É impressionante até que ponto os pesquisadores que trabalham com a história do Rio (inclusive os norte-americanos) tratam dessa cidade como se fosse “Brasil”. Claro que essa é uma perspectiva que o historiador da Amazônia jamais pode assumir. Por isso, uma das minhas preocupações no livro sobre o ciclo da borracha foi pensar a história da região sempre em relação à política (e a política econômica) nacional. No segundo livro, sobre São Paulo, confesso que caía, às vezes, na tendência de tratar São Paulo como “o Brasil industrial”. Mas estou tentando compensar esse lapso no novo livro sobre regionalismo paulista; neste estudo, estou partindo da premissa de que São Paulo, para parafrasear o livro *Provincializing Europe*, de Dipesh Chakrabarty, precisa ser “provincializado”.

R.X. *Ao analisar a formulação de um projeto nacional na era Vargas, a senhora demonstra a importância política do discurso racial e, em sua investigação, tem revisitado os debates em torno da idéia de “democracia racial”, tem refletido sobre o conceito de “branquidade” (whiteness). Qual a importância de trabalhar com as idéias formuladas por Gilberto Freyre, depois de tantas críticas que já lhe foram feitas? Em que medida podemos ir além da denúncia do racismo no Brasil?*

B.W. Antes de falar de Gilberto Freyre, quero dizer algo sobre a questão da “branquidade”. Acho essa questão extremamente importante porque, se nós não falarmos disso, acabaremos pressupondo

que é absolutamente evidente o que significa ser “branco”. Não é possível falar de raça como uma “construção social” – o ponto de partida de quase todos os estudiosos atualmente – sem problematizar a categoria de “branco”, o que é sempre algo além da simples cor da pele. Mesmo nos Estados Unidos, onde pode parecer mais “evidente” quem é e quem não é branco, historicamente há muitas disputas com respeito aos grupos que pertencem ou não à categoria do “branco” (no início do século XX, por exemplo, muitos italianos no sul do país eram considerados “pessoas de cor”). E hoje, com a grande corrente de imigração latina, mais uma vez não é tão evidente quem é e quem não é branco.

Quanto a Gilberto Freyre (que os intelectuais paulistas, nos anos 1930, sempre chamavam de “Gilbertinho”), ele já virou um artefato histórico. Nos anos 1970, quando comecei a estudar o Brasil, ele ainda estava muito ativo no mundo acadêmico brasileiro, e o governo no poder tinha adotado uma versão das suas idéias como sua linha oficial, não admitindo outra versão das relações raciais no Brasil. Naquele momento havia uma forte necessidade de discutir o “mito” da democracia racial, de contestar o trabalho histórico do Freyre e demonstrar a ampla existência do racismo no Brasil. Hoje em dia, acho muito mais possível “recuperar” certos aspectos do pensamento freyreano, especialmente dentro de seu devido contexto histórico, sem correr o risco de idealizar as relações raciais no Brasil ou ofuscar o racismo da vida cotidiana. É assim que podemos ir além da simples denúncia do racismo e entender, historicamente, como a raça – o discurso, a identidade, o conceito “científico”, etc. – influenciava a formação da política e da sociedade brasileira. Nos primeiros anos do Império, era quase proibido falar em público de identidades raciais – os homens de cor fizeram fortes protestos contra qualquer tentativa de “modificar” a palavra “cidadão”, desconfiados que pudesse vir a significar sempre uma desvantagem para eles. Atualmente, podemos testemunhar o inverso: a identidade racial virou uma “arma” política que permite a certos

brasileiros reivindicar direitos que, no passado, a eles eram negados. Dentro do próprio contexto, acho cada uma dessas atitudes absolutamente válida.

R.X. *A senhora tem se mostrado atenta às mudanças conceituais e pedagógicas colocadas pelo crescimento dos estudos pós-coloniais. Parece-me que, de fato, o debate tem apresentado novos desafios. Em livro recentemente publicado no Brasil,¹ Holt, Cooper e Scott propõem, por exemplo, uma análise sobre os vários significados atribuídos a conceitos como escravidão, liberdade e cidadania. A intenção desses autores parece-me ser a de recuperar uma perspectiva mais relacional, que não se contenta, portanto, com a denúncia da perspectiva eurocêntrica presente na definição desses conceitos e aplicada às interpretações da história das Américas e da África. Busca-se, nesse sentido, por meio de estudos de caso, recuperar a particularidade das experiências históricas em sua relação com essa perspectiva ocidental. Em seu trabalho, a senhora enfrenta questões similares quando analisa os discursos de modernidade no quadro de elaboração de um projeto nacional no Brasil? Enfim, quais as contribuições e os limites que a senhora assinalaria nesses debates em torno dos estudos pós-coloniais?*

B.W. Primeiro, deixe-me registrar minha admiração pelo livro citado, *Além da escravidão*. Como você incisamente notou, é uma coletânea de ensaios que não se contentam com a denúncia da óptica eurocêntrica. Os três autores analisam a maneira como as elites, nas sociedades pós-emancipação, usaram conceitos de modernidade e de atraso para reproduzir as hierarquias raciais e coloniais da época da escravidão. Mas, ao mesmo tempo, eles (o Fred Cooper, especialmente) mostram como os grupos subalternos mobilizaram os discursos de liberdade e modernidade para reivindicar novos direitos. No meu livro sobre industriais e operários em São Paulo, sobre questões de disciplina e processo de trabalho na fábrica, tentei montar um argumento semelhante. Os industriais aproveitaram os novos discursos tayloristas e fordistas para aumentar seu poder técnico dentro e fora da fábrica, mas os operários, em vez de rejeitar totalmente esses novos conceitos e essas novas formas de organização “racional” de

trabalho, utilizaram para criticar os industriais e reivindicar condições melhores e mais “modernas” na fábrica. Certamente, havia elementos do taylorismo e fordismo que despertaram fortes resistências por parte dos trabalhadores, mas temos que reconhecer que pouquíssimos empresários implementaram essas formas de organização racional do trabalho de uma maneira “ortodoxa”, e que os operários não resistiram a toda e qualquer mudança no local de produção. E isso não foi algo excepcional – Gramsci, no seu ensaio sobre o “americanismo” (i.e., fordismo) notou que este geralmente foi bem aceito entre os operários de Torino.

Enfim, os estudos pós-coloniais oferecem uma maneira de repensar a crítica da modernidade que não coloca os subalternos em uma situação na qual sejam percebidos apenas a partir do “tradicional” ou folclórico ou de precisar de uma vanguarda ilustrada para superar suas atitudes supostamente “atrasadas”. Mas, falando a respeito dos limites dessa abordagem, corremos o risco de ignorar os fatores, vamos dizer, estruturalistas. A localização de uma fábrica no Brasil ou na Índia implica certas restrições em termos de recursos e poder de barganha, que resultam mais da política econômica global e menos das disputas políticas regionais.

R.X. *O tema das relações raciais foi relevante para o estabelecimento de pesquisas comparativas sobre o Brasil e os Estados Unidos, impulsionadas, principalmente, pelo projeto UNESCO, em 1950. Intelectuais brasileiros, como Emília Viotti da Costa, contribuíram para o debate que se seguiu. Recentemente, a trajetória acadêmica dessa historiadora nos Estados Unidos foi sublinhada em uma publicação.² Como a senhora avalia a importância da experiência histórica e a historiografia brasileira nos estudos sobre esse tema nos Estados Unidos?*

B.W. Até hoje, há uma forte tendência em pensar a história dos Estados Unidos sob a óptica do excepcionalismo, e poucos historiadores norte-americanos utilizam uma abordagem comparativa, seja implícita ou explícita. Mesmo historiadores que teoricamente recusam qualquer noção de excepcionalismo baseiam suas pesquisas em

um conceito de história que é, vamos dizer, “auto-suficiente”, definido pelas fronteiras nacionais e pelas linhas da narrativa histórica nacional. Os estudos de relações raciais são a “exceção” nesse quadro, e a referência comparativa mais importante tem sido o Brasil. No sentido mais amplo, acho que essa comparação – histórica e historiográfica – tem sido muito produtiva. A comparação com o caso brasileiro indicava logo que certa configuração de relações raciais – como segregação pela lei – não era inevitável, e levou os historiadores norte-americanos a questionar sua tendência de essencializar a identidade racial.

Mas há um aspecto mais problemático nos trabalhos comparativos: a tendência de tratar um caso como um “sucesso” e o outro, como um “fracasso”. Em geral, nas comparações entre os Estados Unidos e o Brasil, este faz o papel do “fracasso”, mas, por muitos anos, a questão racial era a exceção – o Brasil era a “democracia racial” e os Estados Unidos eram a sociedade atolada no racismo e na segregação. Isso criou uma imagem do Brasil que minimizava o nível de racismo e preconceito racial, e foi só depois da divulgação de trabalhos como o livro de Florestan Fernandes e o artigo de Emília Viotti³ sobre o mito da democracia racial (ambos traduzidos nos anos 1970) que essa imagem começou a mudar. Mais tarde, nas décadas posteriores ao movimento para os direitos civis e ao movimento *Black Power*, de repente, os Estados Unidos viraram o modelo, o “sucesso”, e estudiosos das relações raciais começaram a questionar a suposta fraqueza da consciência racial na comunidade negra brasileira. Claro que há certo “progresso” nas relações raciais nos Estados Unidos nas últimas décadas – até o ponto de tornar possível a eleição de um presidente afro-descendente. Mas acho muito pouco interessante formular a pesquisa histórica sobre as relações raciais no Brasil começando com a pergunta: “Por que os negros brasileiros não chegaram a ser tão militantes como os negros norte-americanos?” Essa pergunta é problemática em vários sentidos, inclusive na sua insistência em que uma identidade racial seja

algo evidente e universal. Ultimamente, uma jovem historiadora das relações culturais Brasil–Estados Unidos, Micol Seigel, publicou um artigo na *Radical History Review* intitulado “Beyond Compare”⁴ (“Mais além da comparação”), no qual ela faz uma crítica muito dura à historiografia e acaba propondo uma moratória nas pesquisas comparativas sobre questões raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Acho essa posição um pouco exagerada, mas concordo plenamente com ela no sentido que precisamos levar em conta que a própria comparação já se torna um elemento constitutivo dos discursos raciais nos dois países, o que dificulta qualquer tentativa de tratar os dois casos como entidades distintas com respeito a essa questão.

R.X. *É possível que o interesse geral pelo Brasil tenha refluído nas últimas décadas, na geração posterior àquela de Viotti da Costa? Houve um crescimento substancial de pesquisas e de publicações sobre escravidão, pós-emancipação e relações raciais no Brasil que não me parece ter sido acompanhado pelo mercado editorial acadêmico americano, tendo em vista que pouco dessa produção atual foi traduzida. Mudou o tipo de preocupação, priorizando-se abordagens relativas à diáspora, a uma história que se torna mais transnacional ou mudou o tipo de interesse pelo Brasil? Enfim, como a senhora avalia as relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos hoje?*

B.W. Há várias questões sugeridas por essa pergunta. Você cita o número reduzido de livros brasileiros sobre escravidão e relações raciais publicados nos Estados Unidos como sinal de um refluxo no interesse pela história do Brasil. É possível que seja, mas é importante levar em conta o custo de uma boa tradução, que, tranquilamente, pode chegar acima de cinco mil dólares. Normalmente, um livro (nos Estados Unidos) tem de vender, no mínimo, duas mil cópias para a editora não perder dinheiro com sua edição – isso *sem* os custos de tradução. Portanto, um livro traduzido tem de vender o dobro disso, ou a editora precisa de uma subvenção para recuperar os custos. Em geral, os livros que tratam de escravidão estimulam mais interesse nas universidades norte-americanas,

mas, mesmo assim, as editoras acadêmicas (que hoje funcionam mais que antigamente, segundo a lógica do mercado) hesitam em assumir os custos da sua tradução.

Deixando isso de lado, é verdade que as abordagens relativas à diáspora estão mais em moda neste momento nos Estados Unidos. Aliás, acho que a historiografia norte-americana da escravidão passou por um período de estagnação depois do famoso viés lingüístico (ou cultural) dos anos 1980 e 1990. Era uma historiografia muito marcada pela nova história social e pela economia política, e os estudiosos da área demoraram um pouco para repensar certas questões no contexto de uma abordagem mais “cultural”. Nesse sentido, alguns trabalhos brasileiros – por exemplo, o livro de João Reis sobre a guerra dos malês,⁵ que foi traduzido logo depois do seu lançamento no Brasil – contribuíram profundamente para uma reorientação da área, indicando o papel das identidades religiosas e étnicas em uma sociedade escravocrata e a impossibilidade de entender certos eventos e conflitos sem levar em conta o lado africano da história.

Quanto ao nível de interesse, nos Estados Unidos, pela história do Brasil, em termos mais amplos, houve uma época em que se podia perceber uma diminuição do entusiasmo pelo assunto. No contexto norte-americano, a história do México continua sendo a maior área de especialização, por motivos óbvios. O Brasil, por muito tempo, ficou em um segundo plano, porque não havia nenhuma grande comunidade de imigrantes reivindicando programas de estudos brasileiros e porque seu estudo exigia o domínio de uma língua que era muito mais difícil de aprender do que o espanhol (por causa da escassez de cursos, claro, e não pela dificuldade da própria língua). Mas tenho a impressão de que estamos agora em uma fase em que há um aumento do interesse pelo Brasil no mundo acadêmico – o número de doutorandos nessa subdisciplina está crescendo, assim como o número de cursos de português. Acho que isso reflete a maior presença do Brasil na cultura popular e o reconhecimento da influência e do prestígio do Brasil nos meios internacionais.

R.X. *Em contrapartida, a experiência americana tem sido muito debatida entre nós ao se estabelecer políticas afirmativas como a adoção de cotas para o ingresso em várias universidades brasileiras. Muitos criticam a utilização de um modelo norte-americano, argumentando que lá, historicamente, as diferenças raciais foram marcadas por processos discriminatórios inexistentes no Brasil. Essas e várias outras posturas assumidas nos debates político e acadêmico revelam a dificuldade brasileira de lidar com as diferenças raciais e sociais. Qual a contribuição que a experiência histórica americana pode dar a esse debate no Brasil? Como os estudos sobre raça, classe, gênero e cidadania elaborados nas academias americanas podem nos auxiliar a pensar o Brasil?*

B.W. Começando pelo fim, penso que os estudos sobre raça, classe, etc., no meio acadêmico norte-americano contribuem para mostrar, de um lado, que essas categorias são todas “construções sociais” e, de outro lado (este, às vezes, esquecido), que elas têm efeitos sociais concretos. Em uma carta recente contra a política de “cotas” (uma palavra que prefiro não usar), assinada por vários intelectuais brasileiros de renome, os autores insistiram que o fato da raça não ser uma categoria objetiva ou científica oferecia mais um argumento *contra* a política de ação afirmativa. Mas a abordagem da raça como “construção social” não surgiu para discutir as identidades raciais, muito menos negar a existência de um racismo que funciona na base de supostos atributos raciais que, obviamente, nada têm a ver com dados científicos, mas que, por sua vez, não deixam de criar desvantagens verdadeiras, mesmo sem ter suporte nas pesquisas científicas. Claro que qualquer programa de ação afirmativa terá o efeito de fixar, um pouco artificialmente, as categorias raciais, pelo menos para certas finalidades, mas a fluidez e a flexibilidade dos conceitos raciais no Brasil – algo que existe há séculos – jamais chegou a garantir a igualdade social, nem o fim do racismo. E eu duvido que uma maior atenção à identidade racial vá, por si mesmo, criar o “ódio” entre negros e brancos no Brasil. De repente, muitos brasileiros vão descobrir que eles são brancos e os outros, negros, ou vice-versa, como se antes ninguém estivesse ciente disso? Em um livro organizado por Daphne Patai, *Brazilian*

women speak, ela reproduz uma conversa entre duas irmãs de uma família “mestiça”. Uma irmã era considerada “branca” dentro (e fora) da família, enquanto a outra era identificada como “não-branca” por ter cabelo crespo e traços “africanos”. As duas concordam que, até *dentro da própria família*, elas receberam tratamentos diferentes por causa dessa diferença racial. A irmã “de cor” tinha de superar as baixas expectativas da família para que obtivesse sucesso. Esse é um forte exemplo dos efeitos da raça, mesmo quando todos os outros elementos – classe, gênero, laços familiares – são iguais.

Outra contribuição muito importante dos estudos sobre identidades sociais é a idéia da imbricação dessas categorias. “Mulher operária” não é apenas uma simples soma de “mulher” e “operária”. A expressão implica, historicamente, alguém que vai fazer certos tipos de trabalho, ter certo grau de militância sindical, ter certos comportamentos sexuais, etc. No mesmo sentido, tentar separar raça e classe e determinar qual é o mais grave impedimento à mobilidade social é muito difícil, talvez impossível. Para certas pessoas, esse pode parecer um argumento a favor de não se enfatizar a raça em uma campanha contra as desigualdades, mas, para mim, esse *insight* é um argumento a favor de se levar em conta as duas categorias – por exemplo, limitando as preferências aos alunos formados nas escolas públicas (como no Rio de Janeiro) e reservando certo número de vagas para alunos de baixa renda de qualquer descendência racial. Ao mesmo tempo, acho muito importante – e a experiência norte-americana é útil neste sentido – não tratar a questão da desigualdade como, simplesmente, um problema de desigualdade econômica. A dignidade, o direito de falar, a capacidade de ganhar respeito, tudo isso tem valor. O combate à pobreza e a luta pela igualdade social estão ligados, mas não são a mesma coisa.

Com respeito ao primeiro ponto – ação afirmativa é uma invenção norte-americana e corresponde a processos discriminatórios que nunca existiram no Brasil –, antes de mais nada, acho absurdo rejeitar uma idéia simplesmente porque ela originou-se em outro lugar e surgiu de condições que não são exatamente iguais as do

contexto receptor. Devo assinalar que os processos discriminatórios oficializados pela lei – na época, chamada “Jim Crow” – existiram em uma única região do país, o Sudeste norte-americano. A discriminação contra pessoas de cor e a segregação na região Norte e no Oeste dos Estados Unidos chegaram a ser também muito fortes, mas as práticas racistas eram uma questão de “costume”, de hierarquias no mercado de trabalho e de preconceitos que circulavam na população branca. Tudo isso existia também no Brasil. Sim, o racismo nos estados nortistas dos Estados Unidos era mais forte e mais explícito do que o racismo vigente no Brasil, mas não era radicalmente diferente. Como é amplamente reconhecido, a maior divergência estava na construção de divisões raciais, com a “regra de uma única gota” (*one-drop rule*) determinando quem não podia ser “branco” nos Estados Unidos. Isso, certamente, facilitou os programas de ação afirmativa no começo – era fácil identificar quem era e quem não era negro. Mas a situação está ficando mais complicada, porque hoje o número de pessoas que se consideram “birraciais” está aumentando. Isso quer dizer que a implementação de programas favorecendo afro-descendentes não teve o efeito de criar divisões mais rígidas na sociedade norte-americana, pelo contrário. E hoje até temos a esperança de eleger um presidente afro-descendente e birracial.

R.X. *A senhora poderia, por fim, falar sobre a American Historical Association? Quando assumiu a presidência dessa associação, a senhora enfrentou um debate sobre a liberdade acadêmica e a política de segurança nacional, ao questionar a recusa de visa para o professor Waskar Ari Chachaki. Questão similar, envolvendo a recusa de vistos para cubanos, foi enfrentada pela LASA, em 2007, acarretando a transferência do seu congresso para o Canadá. Diante desse quadro, quais são suas expectativas frente a American Historical Association? Pode-se esperar uma maior abertura para o diálogo com historiadores que atuam fora dos Estados Unidos? Haverá uma maior atenção para temas relativos à América Latina e à África, por exemplo?*

B.W. Durante minha presidência da AHA, foi muito gratificante que o conselho da associação, com o pleno apoio dos sócios, sempre assumisse uma posição forte com respeito à liberdade acadêmica e aos direitos dos acadêmicos vindos do exterior (inclusive os muitos historiadores cubanos que foram barrados no país). O caso do Waskar Ari Chachaki foi especialmente gritante – ele já tinha passado muitos anos nos Estados Unidos, doutorando-se em história, na Georgetown University, e tinha lecionado como professor visitante na Western Michigan University. Ele mesmo diz que, na Bolívia, era às vezes alvo de duras críticas por causa das suas ligações com os historiadores nos Estados Unidos. Até hoje, não sabemos porque ele despertou a desconfiança do *Office of Homeland Security* e ficou por mais de dois anos sem visto para viajar para o país e assumir um emprego na University of Nebraska (e quero acentuar a admirável solidariedade dessa universidade, que reservou a vaga para ele durante todo esse tempo). Pode ser que seja o simples fato de ele ser boliviano de origem indígena, igual ao atual presidente da Bolívia, Evo Morales. Ou talvez ele tenha alguma vez falado ou escrito algo que alguém, no consulado, julgou ser uma justificativa da violência popular, que hoje é designada (pelo governo Bush) como “terrorismo”.

Se o motivo fosse este último, imagine as implicações: será que um historiador brasileiro que escreveu algo sobre uma revolta de escravos, indicando uma certa simpatia com os rebeldes, vai ser proibido de entrar nos Estados Unidos? Na minha primeira coluna presidencial no boletim mensal da AHA (*Perspectives*), fiz a seguinte pergunta: “quem entre nós não tem escrito ou lecionado, com um olhar simpatizante, sobre figuras históricas cujas ações poderiam ser classificadas como ‘atividades terroristas’ pelos atuais dirigentes da Homeland Security?” (uma categoria, aliás, que abrange os patriarcas da independência que utilizaram os meios de violência contra as autoridades estabelecidas). Logo em seguida, fui denunciada como a “Radical AHA President”, por uma revista eletrônica da direita. No meu caso, não fiquei preocupada, porque não preciso

de visto para trabalhar nos Estados Unidos. Mas os colegas que vêm do exterior (inclusive “estrangeiros” por muito tempo radicados nos Estados Unidos) sempre correm o risco de dizer ou fazer algo que vai resultar na sua exclusão do país. Um dos intelectuais mais prestigiados entre os estudiosos da religião, Tariq Ramadan, parece ser permanentemente proibido de pisar no solo americano, e o sociólogo sul-africano, Adam Habib, tampouco consegue entrar para participar de um congresso.

Mesmo com esses possíveis impedimentos, a AHA está cada vez mais disposta a incentivar a participação de historiadores do exterior no seu congresso anual, começando com um aumento nos fundos para subvencionar as viagens do exterior. Esta verba está sendo utilizada, prioritariamente, para ajudar historiadores da África, Ásia e América Latina que têm pouca possibilidade de conseguir recursos no seu país de origem. Este esforço por parte da AHA reflete o mundo acadêmico atual, um mundo no qual muitos historiadores norte-americanos colaboram com colegas fora do país, e por isso, quando eles pensam em compor uma mesa para o congresso da AHA, é natural convidar esses colegas do exterior. Quanto ao interesse em subdisciplinas como história da África, da América Latina, etc., em outra coluna presidencial mostrei que, no mundo acadêmico norte-americano, apesar de um certo “progresso” na direção de diversificar a disciplina, as áreas de Estados Unidos e de Europa continuam monopolizando uma boa parte das vagas nos departamentos de história. Mas, gradativamente, o número de mesas dedicadas às “outras” áreas no programa do congresso anual está crescendo, e o surgimento da história mundial e transnacional está criando um espaço para muitas mesas que ultrapassam as fronteiras de uma ou outra subdisciplina e nos levam a repensar as divisões convencionais da disciplina de história. Finalmente, no nível simbólico (mas não menos importante por causa disso), a AHA está fazendo um esforço para alternar a presidência da associação entre as diferentes áreas. Então, quando fui indicada pela comissão nomeadora, o outro “candidato” foi, também, da área

de América Latina, para garantir que um Latin Americanist ganhasse a eleição. E este ano os dois candidatos são historiadores do Sul da Ásia, um deles é o renomado historiador indiano, Dipesh Chakrabarty. Evidentemente, acabou a época na qual quase todos os presidentes da AHA eram homens brancos que trabalhavam com a história dos Estados Unidos ou da Europa.

Notas

¹ *Beyond slavery: exploration of race, labour, and citizenship in postemancipation societies*, publicado no Brasil com o título *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*, no Rio de Janeiro pela editora Civilização Brasileira em 2005.

² JOSEPH, Gilbert M. (ed). *Reclaiming the political in Latin American History: essays from the North*. Duhan: Duke University Press, 2001.

³ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7 ed., São Paulo: UNESP, 1977, p. 365-384.

⁴ SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review* 91 (Winter, 2005), p. 62-90.

⁵ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*, edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Bibliografia Selecionada de Barbara Weinstein

Racializando as diferenças regionais: São Paulo X Brasil, 1932. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 281–303, 2006.

Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v. 9, n. 2, p. 261–272, maio–ago. 2002.

A formação da classe trabalhadora no Brasil (1920–1964). São Paulo: Cortez, 2000.

A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social a Nova História Cultural. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 227–246, 1998.

As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não qualificadas a esposas profissionais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 143–171, 1995.

A borracha na Amazônia: expansão e decadência. São Paulo: Hucitec–Edusp, 1993. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 387-404, jul. 2008

Inventing the mulher paulista: politics, rebellion, and the gendering of Brazilian regional identities. *Journal of Women's History*, Baltimore, v. 18, p. 22–49, 2006.

Slavery, citizenship, and national identity in Brazil and the United States South. In: DOYLE, D. H.; PAMPLONA, M. A. (eds). *Nationalism in the New World*. Athens: University of Georgia Press, 2006, 248–271.

History without a cause? Grand narratives, World History, and the postcolonial dilemma. *International Review of Social History*, Cambridge, v. 50, p. 71–93, 2005.

(with Daryle Williams) Vargas morto: the death and life of a Brazilian statesman. In: JOHNSON, L. (ed.). *Death, dismemberment and memory: body politics in Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p. 273–315.

Making workers masculine: the (re)construction of male worker identity in Twentieth-Century Brazil. In: HAGEMANN, K.; DUDINK, S.; TOSH, J. (eds.). *Masculinity in politics and war: rewritings of Modern History*. Manchester: Manchester University Press, 2004, p. 276–294.

Racializing regional difference: São Paulo vs. Brazil, 1932. In: APPELBAUM, Nancy; MACPHERSON, Anne; ROSEMBLATT, Karin (eds.). *Race and nation in modern Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003, p. 237–262.

The Decline of the progressive planter and the rise of subaltern agency: shifting narratives of slave emancipation in Brazil. In: JOSEPH, Gilbert (ed.). *Reclaiming the political in Latin American History: essays from the North*. Durham: Duke University Press, 2001, p. 81–101.

Buddy, can you spare a paradigm? Reflections on generational shifts and Latin American History. *The Americas*, Washington, DC, v. 57, p. 453–466, 2001.

The discourse of technical competence: strategies of authority and power in industrializing Brazil. *Political power and social theory*, Cambridge, MA, v. 12, p. 137–175, 1998.

Lucia: inventing women's History on film. In: STEVENS, Donald F. (ed.). *Based on a true story: Latin American History at the movies*. Wilmington: Scholarly Resources, 1997, p. 123–142.

The model worker of the paulista industrialists: the “Operário Padrão” campaign, 1964–85. *Radical History Review*, New York, v. 61, p. 92–123, 1995.

The industrialists, the State and the issues of worker training and social services in Brazil, 1930–1950. *Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 70, p. 379–404, 1990.

The Amazon rubber boom, 1850–1920. Stanford: Stanford University Press, 1983.

Capital penetration and problems of labor control in the Amazon rubber trade. *Radical History Review*, New York, v. 27, p. 121–140, 1983.

For social peace in Brazil: industrialists and the remaking of the working class in São Paulo, 1920–1964. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1966.